



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 23 Nº 10
Outubro de 2014

O desenvolvimento na encruzilhada

Durante as duas últimas décadas do século passado, o Brasil viveu uma longa crise, que interrompeu o processo de desenvolvimento levado adiante entre os anos 1933 e 1980. Seguindo um padrão da época, o crescimento, à expressiva taxa média anual de 6,8%, bem superior aos 4,2% de 1901 a 1932, foi voltado para o mercado interno, então em expansão via urbanização e extensão do regime de trabalho assalariado. No período seguinte, os piores sintomas da crise — alta inflação, endividamento público, dívida externa e déficit no balanço de pagamentos — ocuparam a agenda da política econômica. Ao mesmo tempo, discutia-se que rumo deveria seguir uma desejada retomada do desenvolvimento.

Entretanto, e no que se pode identificar como uma das causas da crise brasileira, a cena internacional mudara radicalmente. Na esteira do processo de internacionalização das finanças, a pauta neoliberal impusera-se por todo o mundo, sob a pressão dos Estados Unidos e de seus aliados europeus, desde o começo dos anos 80. Disso, resultou uma transformação radical do padrão de desenvolvimento socioeconômico vigente até então e que dera aos países desenvolvidos o período de maior crescimento do século XX, não por acaso chamado “Anos Dourados”, entre 1945 e 1973, e do qual o desenvolvimentismo brasileiro foi um modelo próximo, mas com uma grande diferença, a exclusão social e a desigualdade. A alternativa elegida produziu uma enorme concentração da renda, reduziu direitos sociais, congelou salários e provocou uma queda substancial do crescimento econômico. No plano político, elevou o capital financeiro ao cimo das relações de poder.

Por aqui, foi tentado algo semelhante nos anos 90, quando a estabilidade passou a ser a única prioridade da política econômica e foi tida como condição suficiente para a retomada do desenvolvimento. Após a década perdida, entre 1981 e 1989, em que a taxa média de crescimento fora de 2,34% a.a., os novos governos, adeptos do neoliberalismo, alcançaram uma redução substancial da inflação. Entretanto seu desempenho em termos de crescimento foi ainda pior, apenas 1,9% a.a. entre 1990 e 2002. O uso de medidas sociais compensatórias logrou a melhora de alguns indicadores sociais, especialmente por uma pequena redução da pobreza e avanços em saúde e educação.

No plano econômico, os juros elevados, a abertura comercial, o aumento da carga tributária, para fazer frente aos pesados gastos do Estado com a dívida pública, as privatizações e a desregulação e a redução de direitos sociais e trabalhistas produziram um aumento da desigualdade. Os salários reais declinaram, e a esperada retomada do desenvolvimento em novas bases, alicerçado em uma inserção externa ainda mais subalterna aos EUA, não aconteceu. A balança comercial teve um desempenho medíocre, o que está na raiz das

recorrentes crises cambiais do período; o investimento permaneceu baixo; o crescimento, pífio; e o tão esperado capital estrangeiro veio apenas para comprar ativos já existentes ou fazer aplicações no mercado financeiro.

Desde 2002, no entanto, muita coisa mudou. Pode-se dizer que um novo padrão de desenvolvimento foi iniciado e com uma novidade histórica, a inclusão social. De forma semelhante ao que vem passando-se em muitos países latino-americanos, além da valorização dos produtos primários a impulsionar as exportações, um aumento substancial do salário mínimo, a elevação do emprego e dos salários por efeito deste, a universalização de políticas sociais de complementação de renda, a retomada do planejamento e de uma sinalização mais vigorosa do Estado sobre a condução da economia e a consideração da estabilidade macroeconômica como meio e não fim trouxeram um novo patamar de crescimento. O Produto Interno Bruto (PIB) variou 3,52% a.a. entre 2003 e 2013. O baixo desemprego, a substancial redução da pobreza, a retirada do País do mapa da fome pela Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura (FAO), a ascensão de cerca de 50 milhões de brasileiros a um padrão de consumo mais elevado são alguns resultados desse novo modelo.

Nos últimos dois anos, todavia, o ritmo desacelerou, o que é visto por muitos como esgotamento de um padrão de crescimento impelido pelo consumo. Primeiro, isso não é verdade, pois, entre 2005 e 2013, o crescimento do consumo foi 61%; e o do investimento, 89%. Segundo, a elevação da renda dos trabalhadores acima da média, impulsionadora do mercado interno, tem espaço para seguir adiante. Da mesma forma, o investimento tem novos horizontes de ampliação nas áreas de infraestrutura, do Pré-Sal, de habitação, saneamento, transporte e urbanismo. Por suposto, o cenário internacional adverso pela estagnação nos países desenvolvidos, pela pressão sobre o balanço de pagamentos e pela coação das finanças especulativas gera um constrangimento que só será superado com o amadurecimento de projetos ainda em formação, principalmente o Pré-Sal.

O debate eleitoral é revelador de uma encruzilhada entre dois projetos, um deles apostando na continuidade do caminho iniciado em 2002, do desenvolvimento com inclusão social, e o outro tentando a volta ao modelo dos anos 90, de redução do Estado, empoderamento da finança e expectativa de solução do crescimento pelo mercado, a partir da maior credibilidade dos agentes políticos. A decisão de qual rumo tomar virá da manifestação da soberania popular nas urnas.

Luiz Augusto E. Faria
Doutor em Economia, Pesquisador da FEE

Evolução e níveis de produtividade da indústria de transformação gaúcha

Avaliando os dados fornecidos pela Pesquisa Industrial Anual Empresa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se obter uma medida para a produtividade média do trabalho da indústria de transformação do Brasil e de seis estados disponibilizados pela pesquisa, incluindo o RS. Essa medida é obtida através da razão entre o Valor de Transformação Industrial (VTI) e o total de pessoal ocupado no último dia de cada ano. Os dados com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) estão disponíveis para o período compreendido entre 2007 e 2012.

Na classificação pela produtividade do trabalho da indústria de transformação, o Rio Grande do Sul aparece no quinto lugar entre os seis estados pesquisados entre 2007 e 2011, subindo para quarto em 2012, ultrapassando Minas Gerais. Santa Catarina ocupa a sexta colocação, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo são os dois primeiros.

O Rio Grande do Sul é o estado que apresentou a maior taxa de crescimento na produtividade do trabalho de sua indústria de transformação no período analisado (49,0%), seguido por Santa Catarina (47,0%), Rio de Janeiro (38,7%), Paraná (37,8%), São Paulo (27,8%) e Minas Gerais (15,0%). O crescimento da produtividade brasileira foi de 31,9%. Esse incremento gaúcho, superior à média nacional, deve-se, sobretudo, ao diferencial de crescimento, favorável ao RS, na produtividade dos setores de fabricação de máquinas e equipamentos, de produtos derivados do petróleo e de veículos automotores.

Contudo, apesar desse crescimento superior ao observado nos outros cinco estados, o nível de produtividade do trabalho gaúcho, em 2012, ainda era bastante inferior ao alcançado em alguns estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, que tornaram a média brasileira superior à do RS. Isso se deve ao fato de que alguns setores industriais gaúchos possuem menor produtividade do trabalho do Brasil, além de questões relativas a uma maior especialização gaúcha em atividades que são por natureza mais intensivas em fator de produção trabalho e uma menor especialização em certas atividades que são mais intensivas em capital. Em 2012, a produção por trabalhador da indústria de transformação gaúcha era de R\$ 93.988; já a brasileira atingia o valor de R\$ 105.695.

A principal justificativa para as diferenças nos níveis de produtividade do trabalho reside no fato de a atividade de fabricação de produtos derivados de petróleo, a qual é uma das que possuem mais alta produtividade do trabalho da indústria de transformação, ser muito mais representativa para o Brasil do que para o RS. Para o Brasil, em 2012, a atividade participava com 10,4% do VTI total, enquanto, no RS, a mesma foi responsável por apenas 2,8% do VTI total. Isso reflete uma maior especialização dessa atividade no Brasil, colaborando para uma maior diferença pró Brasil nos níveis da produtividade do trabalho. O Rio de Janeiro possui o maior VTI por trabalhador entre os estados brasileiros, justamente devido à elevada importância do refino do petróleo na sua indústria de transformação.

Outra atividade que contribuiu para uma menor produtividade média do trabalho no Estado é a fabricação de calçados, a qual é mais intensiva em trabalho e possui uma relevância maior para a indústria gaúcha. Esta, em 2012, era

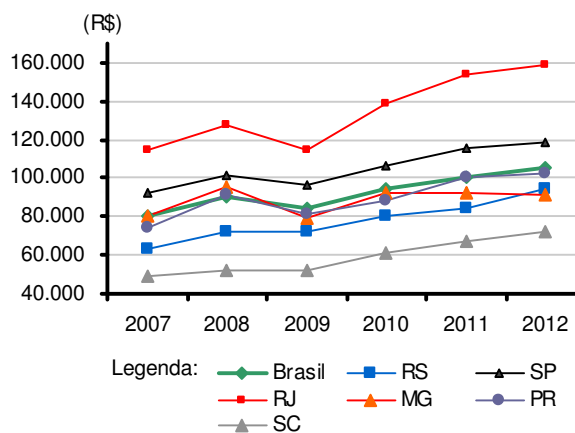
responsável por 5,2% do VTI gaúcho; já no Brasil, participava com 1,4% do VTI total, sendo mais um setor responsável por aumentar a disparidade entre os níveis de produtividade gaúcha e brasileiro.

Já na atividade de fabricação de produtos químicos, ocorreu o inverso do que aconteceu no setor calçadista. Desde 2007, a produtividade gaúcha obtinha um patamar superior ao brasileiro. Essa atividade, que é bastante significativa tanto para o Brasil quanto para o RS, concentrava, em 2012, 8,1% do VTI no RS e 7,4% no Brasil. A fabricação de veículos automotores, camionetas e utilitários é outra subatividade em que o RS superou o Brasil em termos de produtividade do trabalho, também sendo relevante em termos de participação no VTI total. Entretanto, apesar de esses dois setores terem apresentado maior produção por empregado no RS, não foram capazes de compensar o efeito na produtividade decorrente dos diferenciais de participação da fabricação de produtos derivados do petróleo.

As três atividades com maior participação no VTI do RS, em 2012, foram fabricação de produtos alimentícios (16,1%), fabricação de produtos automotores, reboques e carrocerias (12,9%) e fabricação de máquinas e equipamentos (10,1%). A produtividade do trabalho dessas três atividades foi semelhante à brasileira. Outra atividade relevante para o RS foi a fabricação de produtos do fumo, sendo responsável por 47,2% do VTI brasileiro em 2012 e também apresentando produtividade semelhante à gaúcha. Portanto, são aquelas atividades mencionadas anteriormente que, de fato, explicam as diferenças de produtividade do trabalho existentes entre o Brasil e o RS.

Entre as subatividades de maior produção por trabalhador no RS, em 2012, encontram-se fabricação de resinas e elastômeros (R\$ 1.284.601/trabalhador) e fabricação de produtos derivados do petróleo (R\$ 1.266.883/trabalhador). As duas demandam elevada tecnologia e são muito especializadas, dependendo em maior grau do fator produtivo capital que trabalho para geração de valor.

Produtividade média do trabalho na indústria de transformação do Brasil e de estados selecionados — 2007-12



FONTE: IBGE.

Vinícius Dias Fantinel
Economista, Pesquisador da FEE

Produção e vendas de máquinas agrícolas em 2014: um ano de ajuste

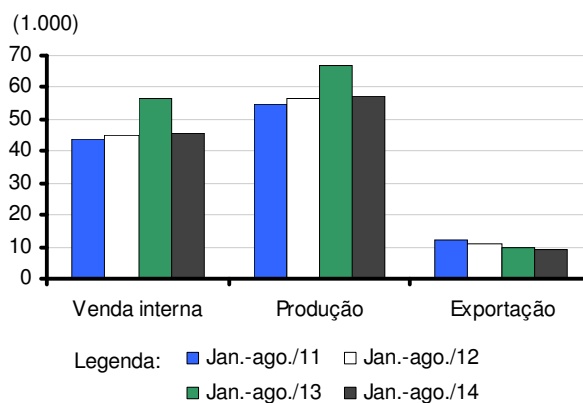
Depois de 2013, ano de resultados excepcionais, quando o número de máquinas agrícolas — tratores, cultivadores e colheitadeiras — negociadas no Brasil atingiu seu recorde histórico, essa indústria vem apresentando dificuldades em manter o mesmo ritmo de crescimento. Isso porque, em 2014, não se reproduzem os elementos que caracterizaram o quadro favorável para o desempenho desse setor em 2013, quais sejam: preços das *commodities* majorados no mercado internacional, juros mais baixos do Programa de Sustentabilidade do Investimento (PSI) no último quadrimestre do ano (2,5% a.a.) e ampliada capitalização do produtor com lucratividade em alta.

É importante salientar-se, contudo, que as taxas negativas dos primeiros oito meses de 2014 em relação a igual período do ano anterior não chegam a preocupar. Se comparado com igual período de 2011 e 2012, o número de unidades vendidas e produzidas mostrou inclusive crescimento, refletindo, na realidade, um retorno à normalidade. Apenas as exportações mantiveram uma trajetória declinante, em grande parte decorrente das dificuldades vivenciadas pela Argentina, que vem impondo restrições crescentes à importação de máquinas agrícolas brasileiras, atingindo especialmente o RS, onde se localiza o maior parque industrial produtor desses bens (43,7% da produção do País). Acrescenta-se a isso o encolhimento desse mercado para o produto nacional, em razão da instalação e/ou expansão de plantas de empresas como a AGCO, a John Deere e a New Holland em solo argentino.

As perspectivas para o restante do ano e também para 2015 são de relativa manutenção do quadro atual. No âmbito

internacional, destaca-se a desaceleração dos preços das *commodities*, influenciada pela estimada supersafra mundial de soja. Internamente, têm-se juros mais elevados (4,5% a.a.) do PSI. Por outro lado, contudo, a ampliação do crédito, anunciada para 2015, inclusive com a reativação do Moderfrota, deverá contribuir para a realização de novos investimentos e lançamento de novos produtos.

Vendas no mercado interno, produção e exportação de máquinas agrícolas no Brasil — jan.-ago. 2011-14



FONTE: Anfavea.

Silvia Horst Campos
Economista, Pesquisadora da FEE

Safra gaúcha: intenção de plantio otimista

A próxima safra de verão 2014/2015 já está sendo estimada. Levantamentos de intenção de plantio para as quatro principais lavouras de grãos do Rio Grande do Sul realizados pela Associação Riograndense de Emprendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural-Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater-ASCAR) apontam uma provável produção recorde pela terceira vez consecutiva. Justificadas pela atual conjuntura de preços ainda remuneradores, pela capitalização dos agricultores, pela maior disponibilidade de crédito e pela assistência técnica e tecnologia, as estimativas indicam um acréscimo de 1,5% sobre a área plantada na última safra.

Liderada por uma maior área de plantio com soja (2,80%), em decorrência da utilização de áreas tradicionais de arroz ou pecuária da Fronteira Oeste e da Campanha, e com arroz (1,98%), a estimativa anunciada de crescimento da produção deverá ser de 9,26% e 2,24% para os dois produtos respectivamente.

Já o feijão e o milho devem apresentar áreas menores relativamente à safra passada, o que pressupõe volumes a serem produzidos também menores, de -9,08% para o primeiro grão e de -11,62% para o segundo. No total dos quatro produtos, espera-se uma produção 2,82% maior do que a da safra anterior.

A atual condição climática favorável à semeadura, graças ao fenômeno El Niño, que possibilita maiores volumes pluviométricos, também poderá contribuir para o novo recorde.

Mesmo que sejam previsões extemporâneas, a intenção de plantio é um referencial que não pode ser negligenciado em um Estado com grande tradição em cultivos agrícolas. Mantidas as previsões e os preços, a agropecuária gaúcha dará uma contribuição significativa para a expansão da renda no próximo ano.

Comparativo das safras dos principais grãos de verão no Rio Grande do Sul — safras 2013/2014 e 2014/2015

PRODUTOS	SAFRA 2013/2014		SAFRA 2014/2015(1)		VARIÇÃO % DA ÁREA	VARIÇÃO % DA PRODUÇÃO
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)		
Arroz	1.114.927	8.342.704	1.136.981	8.529.631	1,98	2,24
Feijão	51.356	73.550	48.665	66.870	-5,24	-9,08
Milho	929.624	5.430.417	876.303	4.799.512	-5,74	-11,62
Soja	4.985.551	13.045.935	5.125.350	14.253.802	2,8	9,26
Total	7.081.458	26.892.606	7.187.289	27.649.849	1,49	2,82

FONTE: Emater-RS-ASCAR.

(1) Estimativas de setembro de 2014.

Elvin Maria Fauth
Economista, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — mar./14-ago./14

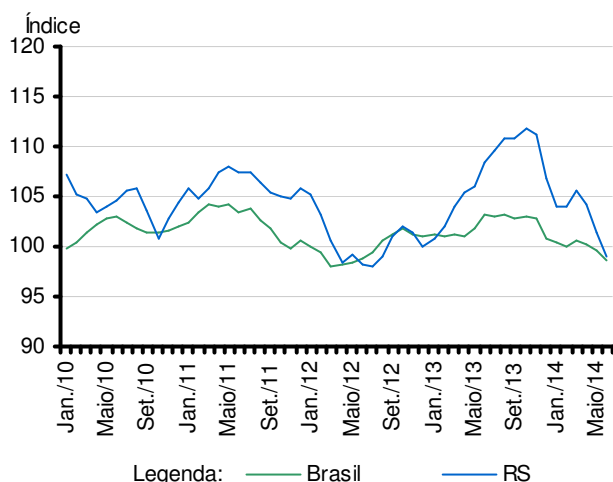
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Mar./14	0,92	2,18	6,15	1,67	2,55	7,31
Abr./14	0,67	2,86	6,28	0,78	3,35	7,98
Mai/14	0,46	3,33	6,38	-0,13	3,21	7,84
Jun./14	0,40	3,75	6,52	-0,74	2,45	6,25
Jul./14	0,01	3,76	6,50	-0,61	1,82	5,33
Ago./14	0,25	4,02	6,51	-0,27	1,55	4,88

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-jun./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF).

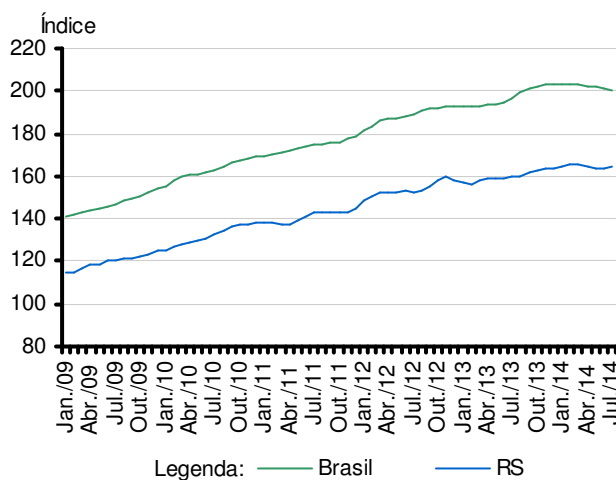
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.

3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jul./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — mar./14-ago./14

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,33	2,23	2,22	2,24	2,22	2,27	2,28	2,28
Taxa de câmbio efetiva real (3)	93,0	88,8	88,1	88,3	88,9	90,3	91,4	92,4
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	10,75	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	10,87	10,46
Superávit primário (% do PIB)	-0,9	-4,1	2,6	0,5	1,1	3,3	-0,3	-0,9
Balança comercial (US\$ milhões)	111	505	712	2.365	1.574	1.167	249	6.402
Exportações (US\$ milhões)	17.628	19.724	20.752	20.467	23.024	20.463	154.018	239.397
Importações (US\$ milhões)	-17.517	-19.219	-20.040	-18.103	-21.450	-19.297	-153.770	-232.995
Transações correntes (US\$ milhões)	-6.235	-8.275	-6.552	-3.345	-6.018	-5.489	-54.818	-78.407

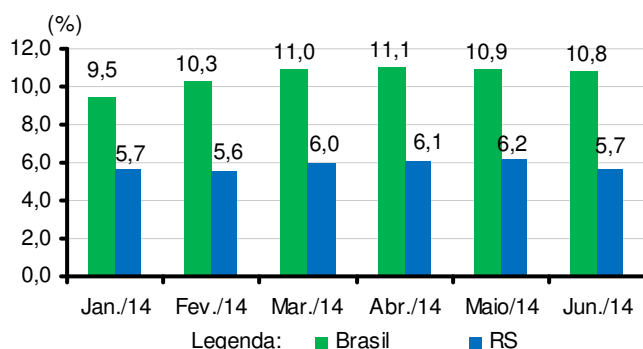
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 23 nº 10

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./14-jun./14



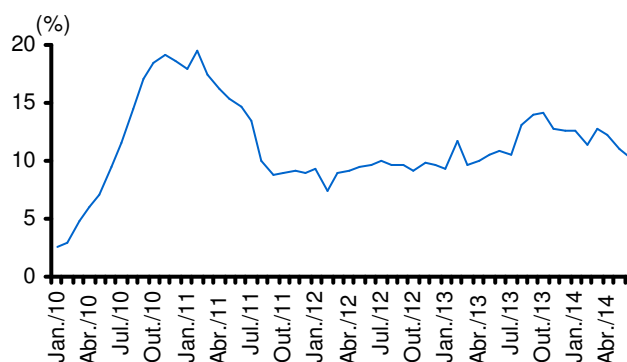
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-jun./14



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

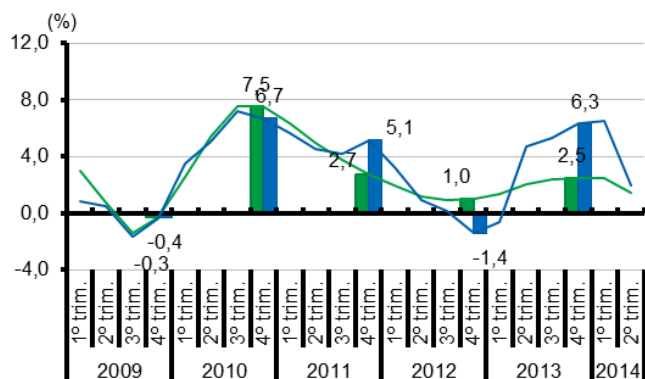
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — mar./14.-ago./14

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
				Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Mar./14	3.249	49.588	6,6	-8,0	-2,5	-20,6	2,9	16,0	-5,2
Abr./14	4.905	69.312	7,1	-6,8	-3,0	-20,1	3,6	16,5	-6,3
Mai./14	6.871	90.064	7,6	-8,7	-3,5	-22,4	2,9	17,2	-6,1
Jun./14	8.868	110.531	8,0	-20,5	-3,4	-21,8	1,3	4,5	-4,8
Jul./14	10.865	133.555	8,1	-16,6	-1,2	-20,3	3,2	6,7	-4,5
Ago./14	12.615	154.018	8,2	-18,0	-1,7	-23,8	1,9	8,7	-3,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-2º trim./14

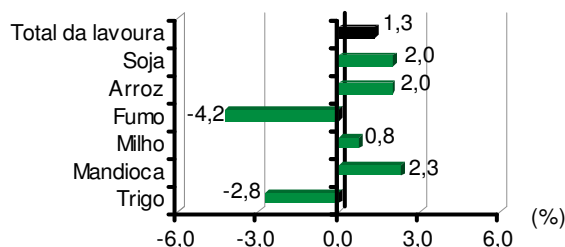


FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — ago./14



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

Crescimento do ingresso feminino em cargos executivos na RMPA

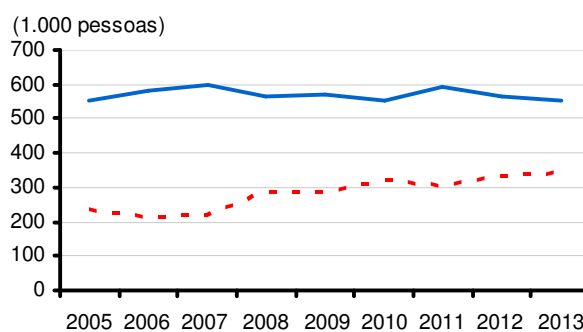
Os indicadores do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) revelam alguns avanços importantes da inserção feminina no espaço laboral. Realidades diversas de engajamento no mercado de trabalho para homens e mulheres podem ser evidenciadas no nível ocupacional e na taxa de desemprego, geralmente menos favoráveis para as mulheres. Ao se compararem os dados do período 2005-13, observa-se que, após 2008, a pequena variação da taxa de participação, para homens e mulheres, se dá em conjunto com a redução da taxa de desemprego mais acentuada para as mulheres do que para os homens.

Entre 2008 e 2013, o contingente de mulheres desempregadas reduziu-se 45,9%, enquanto o masculino se reduziu 36,4%. Entre os ocupados, o crescimento feminino foi um pouco maior que o masculino nesse período (8,1% entre as mulheres e 5,3% entre os homens), e essa evolução também contribuiu para aumentar a parcela relativa da ocupação feminina, a qual passou de 45,1% em 2008 para 45,7% em 2013. Outro indicador promissor para as mulheres foi a redução de 6,4 pontos percentuais na taxa de desemprego, período em que a redução na taxa masculina foi menor, de 3,4 pontos percentuais.

Dentro desse contexto mais favorável às mulheres, é possível observar-se que elas estão vencendo barreiras impostas pela sociedade — maiores dificuldades de ascensão na carreira e salários mais baixos —, aumentando, assim, o seu ingresso em posições de maior destaque profissional. Nesse sentido, destacam-se as mulheres executivas, que são vistas como pioneiras e adaptam a vida doméstica para dar conta da carreira, mesmo com a existência de fortes barreiras a essa incorporação. Ao analisar-se o segmento dos ocupados

em nível gerencial, entre aqueles que têm pelo menos ensino médio completo, constata-se crescimento expressivo da participação das mulheres em cargos executivos. Entre 2008 e 2013, houve um aumento de, aproximadamente, 20% de mulheres nessa situação, ao mesmo tempo em que a ocupação masculina apresentou variação negativa de 1,6% no mesmo período. Tais resultados, além de evidenciarem a redução do hiato de gênero, corroboram o desempenho mais favorável dos indicadores no mercado de trabalho para as mulheres na RMPA, em especial nos anos recentes.

Estimativa de ocupados em nível gerencial, com ensino médio completo ou ensino superior, na RMPA — 2005-13



Legenda: — Homens - - - Mulheres

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Patrícia Klaser Biasoli
Estatística, Pesquisadora da FEE

Perfil dos migrantes da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre — 2005-10

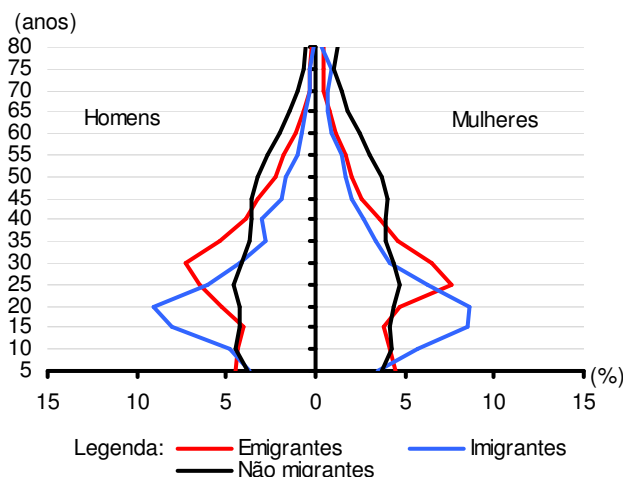
O conhecimento do perfil do migrante de acordo com a estrutura por sexo e idade ajuda a se compreenderem os mecanismos que envolvem a mobilidade populacional. A análise dos migrantes das mesorregiões do Estado, em relação a todas as demais mesorregiões do Brasil e do próprio RS, é baseada no local de residência cinco anos antes do **Censo Demográfico 2010**. No período 2005-10, a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, formada pela Capital, seu entorno e o Litoral Norte, apresentou um saldo migratório de -2,6 mil pessoas. Para a população feminina, a quantidade de emigrantes foi menor do que a de imigrantes (98 para cada 100), ao passo que a população masculina apresentou sentido inverso, havia 107 emigrantes para cada 100 imigrantes.

A migração está concentrada nas idades mais jovens, observando-se um importante saldo migratório positivo entre a população de 10 a 24 anos. Na estrutura etária, pode-se observar também a diferença nas idades ao imigrar e emigrar para essa mesorregião, mostrando que as pessoas entram um pouco mais jovens (imigrantes) e saem um pouco mais velhas (emigrantes). Esse dado, além de indicar o acompanhamento dos pais, também revela a possível entrada de jovens em busca de formação educacional, assim como a saída pode indicar tanto o retorno de estudantes quanto a migração para trabalho. É interessante ressaltar-se que, na estrutura de emigração, há um pequeno diferencial entre mulheres e homens, indicando que as primeiras emigram um pouco mais jovens.

Essas informações confirmam os resultados de outras pesquisas de perfil de migrantes, revelando o desempenho da

migração de jovens. Isso corrobora a hipótese que coloca o foco da migração no trabalho e, como já ressaltado, no estudo. Contudo observa-se que a diferença entre os sexos não é marcante, o que pode apontar uma tendência, já observada nas migrações internacionais, da participação das mulheres em nível de igualdade com os homens no processo migratório.

Pirâmide etária dos imigrantes, emigrantes e não migrantes na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre — 2005-10



Legenda: — Emigrantes — Imigrantes — Não migrantes

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 2010.

Marilene Dias Bandeira
Estatística, Pesquisadora da FEE

A Zona do Euro e a austeridade pós 2007

A Zona do Euro foi a região mais atingida pelos efeitos derivados da crise de 2007 e se tornou o grande foco de preocupação mundial no “segundo round” da mesma em 2011-12. As soluções para seus desequilíbrios e para recriar o ambiente para o crescimento econômico propostas pelo Conselho Europeu e pela sua nação mais proeminente, a Alemanha, seguem o conhecido receituário ortodoxo: consolidação fiscal no gasto público, busca da estabilidade monetária e flexibilizações no mercado de trabalho. Porém a austeridade e o conservadorismo não entregaram os resultados esperados, e, hoje, a região vive uma grave crise econômica e social.

Dos anos iniciais da criação da Zona do Euro até a crise financeira de 2007, eram visíveis duas estratégias de crescimento econômico. De um lado, o modelo espanhol, focado no crescimento do consumo, abastecido pela expansão do crédito e estimulado pela valorização imobiliária, e, de outro, o modelo alemão, de austeridade fiscal e baixo consumo, focado na contenção de custos salariais, com fins de maior competitividade das exportações, e austeridade fiscal. Os que seguiram o primeiro caminho obtiveram maior crescimento econômico, porém também apresentaram os piores desempenhos no período pós-crise, com queda vertiginosa do produto e grande acréscimo no desemprego. Os que seguiram o modelo alemão cresceram menos até 2007, mas acumularam posições superavitárias crescentes em termos de transações correntes, porém não conseguiram ficar imunes ao espraçamento da recessão de seus vizinhos, e, hoje, também apresentam intensificação no desemprego e dificuldades no crescimento do produto.

Diferentemente dos anos iniciais de sua criação, no pós-crise, a austeridade fiscal é presente em toda a Zona do Euro. Os países que tiveram de obter resgate junto a organismos internacionais foram obrigados a levar ainda mais a fundo tais medidas. Cabe lembrar-se que a austeridade é formalizada na constituição da união monetária. Os países que a integram são signatários do Growth Stability Pact (GSP). Tal acordo fixa limites para a ação fiscal, ao comprometer seus membros com a manutenção de limites de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para o déficit público e de 60% para a relação Dívida Bruta/PIB. Mais recentemente, foi acordado o compromisso de alcançar tais números em, no máximo, 20 anos. A institucionalização de parâmetros de austeridade constitui-se em amarras ao potencial de crescimento das nações que integram a Zona do Euro, devido à perda relativa de autonomia fiscal, combinada com a inexistência de mecanismos supranacionais que busquem amenizar os desequilíbrios macroeconômicos entre os países-membros.

Isso fica evidenciado no anêmico comportamento do produto no pós-crise. Em dólares constantes, no período 2007-13, a Zona do Euro cresceu, em média, 0,16% a.a., comparados a 0,78% do G7, 0,74% do conjunto dos países desenvolvidos e 0,85% dos EUA. Pouco a pouco, a região vai perdendo importância econômica e política nos altos comandos do sistema econômico mundial.

A questão do emprego põe-se como a mais delicada, com uma taxa de desemprego média de 11,5% na região. Embora o ápice tenha sido atingido em meados de 2013, as taxas de desocupação têm caído muito lentamente. Grécia (27%) e Espanha (24,5%) seguem apresentando os maiores valores. Ambos estão com mais de um quinto da População Economicamente Ativa sem emprego há mais de três anos. Itália, França, Portugal e Irlanda apresentam índices superiores a 10%.

Mesmo empreendendo agressivos cortes nos gastos públicos, o PIB praticamente não saiu da estagnação, e a relação de endividamento bruto/PIB teve forte crescimento nos países da Zona do Euro. Quanto ao limite para o déficit público, a maioria dos países apresenta aumento dos déficits no período pós-crise, com notável exceção da Alemanha. Nos primeiros anos do século, sem grandes esforços por consolidação fiscal, tal relação chegou a cair em diversos países, para novamente subir no pós-crise. A austeridade deixa os objetivos do GSP mais distantes.

Conclui-se que a austeridade se mostrou um veneno para o que ela busca ser remédio. Em um contexto onde não há liberdade para as políticas monetária e cambial e com a impossibilidade de utilização de uma política fiscal mais agressiva, devido às amarras institucionais e à inexistência de instituições supranacionais para tal fim, a estagnação perpetua-se. Em um primeiro momento, tal arranjo pode ter fortalecido o modelo alemão, mas acabou por espalhar recessão pelo Continente, que, por fim, prejudicou os países que o utilizaram, pois esses dependem da exportação para parceiros em situações piores do que as suas.

Assim, enquanto tais políticas predominarem, a estagnação e a progressiva perda de importância no cenário econômico são o caminho natural para a Zona do Euro. E as próprias metas fiscais, justificadas pela necessidade de garantir condições para o crescimento econômico, mostraram-se objetivos impossíveis de serem alcançados, justamente pelo uso de medidas que visam ao seu alcance. Uma lição que deve ser levada em conta no caso brasileiro, dado que dois dos principais candidatos à Presidência pregaram a austeridade como forma de se retomar o crescimento econômico.

Desemprego, Produto Interno Bruto (PIB), dívida bruta/PIB, transações correntes (TC)/PIB, déficit público/PIB em países selecionados da Zona do Euro — 2001-2014

PAÍSES	DESEMPREGO		PIB A PREÇOS CONSTANTES			DÍVIDA/PIB		TC/PIB		DÉFICIT PÚBLICO/PIB	
	2001	2014 (1)	2001-07	2008-13	2013	2001	2013	2001	2012	2001	2013
Alemanha	7,6	4,9	8,67	3,39	0,53	58,83	78,06	0,02	7,02	3,1	0,0
Irlanda	3,9	11,4	33,86	-5,55	-0,33	35,49	122,81	-0,64	4,38	-0,9	7,2
Grécia	10,7	27	27,52	-23,5	-3,85	103,72	173,81	-7,22	-2,48	4,5	12,7
Espanha ..	10,3	24,4	21,96	-6,7	-1,22	55,5	93,9	-3,94	-1,14	0,5	7,1
Itália	9,1	12,3	7,13	-7,46	-1,85	108,79	132,53	-0,52	-0,39	3,0	3,1
Portugal ...	4,6	14	6,12	-6,69	-1,35	51,2	128,84	-10,34	-2,05	4,8	4,9
França	8,3	10,5	8,95	0,8	0,27	56,9	93,87	1,75	-2,19	1,5	4,3
Holanda ...	2,5	6,6	12,56	-3,29	-0,81	50,7	74,9	2,6	9,44	0,2	2,5

FONTE: Eurostat. FMI.

(1) Dados de ago./14, exceto a Grécia, cujos dados são de jun./14.

O mercado nacional de autopeças e a invasão dos importados

A balança comercial do setor de autopeças acumula resultados negativos, sendo que 2014 marca o oitavo ano na série de déficits consecutivos. O último superávit remonta a 2006, tendo havido, desde então, aumento do saldo desfavorável a cada ano. Com isso, o rombo nas contas do setor atingiu quase US\$ 10 bilhões em 2013 e chegou a US\$ 5,7 bilhões no primeiro semestre de 2014. As importações de autopeças cresceram muito, enquanto as exportações tiveram um comportamento oscilante, com as primeiras mais do que duplicando entre 2007 e 2013, e as segundas ficando praticamente estagnadas.

Os fornecedores tradicionais de autopeças do Brasil estão sendo deslocados pelo comportamento agressivo dos fabricantes do Leste Asiático. Assim, a Coreia do Sul subiu do décimo lugar como maior fornecedor para o quinto entre 2009 e 2013, e a China passou do sétimo para o quarto, com as autopeças chinesas, de baixo preço e de qualidade duvidosa, invadindo o mercado varejista.

Há uma evidente perda de competitividade da produção local de autopeças, afetada por uma grande defasagem tecnológica e por seus preços elevados. O problema tende a agravar-se, à medida que os autoveículos montados no País se atualizam tecnologicamente e incorporam sistemas embarcados cada vez mais informatizados. Além de ser imensa a defasagem tecnológica do parque produtivo local — composto por muitas firmas de pequeno e médio porte —, os projetos das autopeças vêm quase todos de fora, fato agravado pela origem também externa dos próprios projetos dos veículos aqui fabricados. A concorrência com os importados pesa negativamente na vida das empresas do setor, tendo havido redução generalizada das encomendas por parte de todos os tipos de segmentos compradores, queda de faturamento real, baixa lucratividade, perda da capacidade de investimento e diminuição do número de empregados, em especial no caso das firmas nacionais.

As dificuldades na balança comercial do setor materializaram-se em 2001, com o desestímulo à produção local, por obra do redutor (adotado em 2000) de 40% do imposto incidente sobre as alíquotas de importação para componentes usados nas linhas de montagem dos fabricantes e nos subconjuntos dos sistemistas. Até então, elas estavam entre 18% e 14%, passando a variar entre 10,8% e 8,4%. A validade da tarifa reduzida, sob forte pressão das montadoras e dos sistemistas, acabou sendo estendida até o final de 2013. Ao mesmo tempo, em 2010, foi diminuída para 2% a alíquota de importação incidente sobre 116 itens de autopeças sem similar de fabricação no País e incorporados nas linhas de montagem. Com tudo isso, não é surpreendente que os autoveículos brasileiros tenham, em média, apenas 30% de componentes locais.

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) vigora desde janeiro de 2013 e busca elevar o

índice de nacionalização. Isso ocorreria via desoneração tributária dos fabricantes que mantêm localmente etapas finais de montagem e que incorporam, no mínimo, 65% de peças nacionais. Com isso, ficam isentos da incidência da alíquota maior do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) — o adicional de 30% —, uma medida que beneficia os autoveículos brasileiros, os do México e os do Mercosul, bem como as autopeças importadas desses países. Há dificuldades, todavia, em determinar a real origem dos componentes, dada a prática da triangulação, pela qual ingressam no País produtos de nações sem acordos automotivos, mas gozando das vantagens tributárias. A aplicação do controle do conteúdo local pela aferição da efetiva procedência dos componentes (a chamada rastreabilidade das importações), prevista no Inovar-Auto, vem sendo postergada.

O Inovar-Auto tem sido, na verdade, um faz de conta. Os procedimentos de certificação da nacionalização dos componentes e dos processos das montadoras foram muito expeditos, tendo havido um rápido e generalizado reconhecimento do requisito de uso mínimo dos 65%, até para as que antes declaravam um baixo conteúdo nacional em seus produtos finais. Há problemas com o conceito elástico de nacionalização adotado, que trata o total das despesas da empresa (inclusive gastos de publicidade, custos de logística, etc.) como uma parte do conteúdo nacional para fins de apuração do índice. Além disso, as autopeças importadas são “maquiadas” e “nacionalizadas”, o que se dá pela atuação dos sistemistas instalados no País, que fabricam subconjuntos com grande conteúdo de componentes externos. Integrados em um único produto, são recebidos pelas montadoras como sendo 100% nacionais. Nesse contexto, o setor de autopeças tem reivindicado medidas compensatórias, a constarem do chamado programa Inovar-Peças, atualmente em discussão.

Balança comercial do setor de autopeças no Brasil —2006-14

(US\$ FOB)			
ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
2006	8.841,6	6.973,4	1.868,2
2007	9.282,0	9.434,3	-152,3
2008	10.211,1	12.913,5	-2.702,4
2009	6.735,2	9.121,9	-2.386,7
2010	9.793,6	13.660,6	-3.867,0
2011	11.424,4	16.467,3	-5.042,9
2012	10.583,1	16.689,0	-6.105,9
2013	9.853,5	19.745,7	-9.892,2
2014 (1)	4.848,7	10.581,7	-5.733,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/Dedex.

NOTA: Elaboração do Sindipeças.

(1) Primeiro semestre.

Ricardo Brinco
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.10.14).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Miriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes

Revisão: Susana Kerschner

Diagramação: Giuliana Santos (estagiária)

**Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br